



RESPOSTAS AOS RECURSOS

PROVA 1

Questão	
1	

A afirmativa II encontra-se correta. Pode-se depreender do texto que, para poder exercer o papel de agente da conscientização, deve o profissional contábil buscar uma formação mais aprimorada, com capacidade de leitura das relações sociais, criando, assim, sua própria conscientização.

Gabarito mantido.

Questão 3

O quinto parágrafo apresenta uma declaração acerca do Estado, e não a sua definição. Dessa forma, não há como alegar que a relação entre o sexto e o quinto parágrafo seja de ampliação da definição.

Gabarito mantido.

Questão 5

Quando o texto se refere a ele mesmo, tem-se o caso de autorreferencialidade, como se pode identificar em passagens em que o leitor é levado a identificar o sentido dado a palavras e afirmações no próprio texto.

Gabarito mantido.

Questão 3

A alternativa C apresenta-se errada, conforme o próprio recurso reconhece. Tanto se poderia dizer "Esta prova vai de 13 a 18h" como "Esta prova vai das 13 às 18h". Portanto, como a alternativa apresenta a primeira estrutura, não se deveria empregar a crase antes de "18h".

Gabarito mantido.

Questão
22 30

Juros sobre capital próprio e dividendos são distintos, mas ambos são parte do lucro. Dessa forma, o melhor diagrama se encontra no gabarito indicado. Não se pedia para aplicar cálculos ou definir juridicamente "juros de capital próprio". A questão é de raciocínio e envolve leitura de conteúdo simples relativo à formação exigida para o cargo.





Questão 32 31

Somente policiais têm relação direta com o crime entre as afirmativas do enunciado. Portanto, só há um gabarito correto.

Gabarito mantido.

Questão	
39	32

A média ponderada é dada pela soma da relação entre peso e variação percentual. Assim: Inflação = 0.5*0.1+0.3%*0.1+0.2*0.15 = 0.05+0.03+0.03 = 0.11 ou 11%.

Questão

É esperado que a sequência reverta para o começo, sendo simétrica. Assim, o gabarito é a letra B. Gabarito mantido.

Questão 47 50

Deflator do PIB = (PIB nominal / PIB real) $\times 100$. Assim, PIB Real = PIB Nominal / Deflator * 100 = 3 / 120*100 = 2,5 trilhões.

Gabarito mantido.

Questão 42

$$VP = \frac{VF}{(1+i)^n}$$
. Assim, $VP = \frac{15000}{(1+0.13)^9} = \frac{15000}{1.12327} = 13353.87$. Gabarito letra B.

Gabarito mantido.

Questão 46

As subcontas que pertencem à Balança de Serviços e Rendas são:

Viagens internacionais	-10503
Seguros	-1113
Royalties e licenças	-2453
Aluguel de equipamentos	-13683

A soma acima é, portanto, -U\$27.751, letra B.





Questão 46

O valor presente do fluxo de caixa A é dado por VP = VF/(1+ni), assim como o Fluxo B. Trazendo todos para o ano 1:

Α	В
Χ	3000
4000	5000
5000	7500

Assim, o total do Fluxo de caixa A é 9000+X, enquanto o do Fluxo B é 15500. Logo, X = 15500 – 9000 = 6500.

Gabarito mantido.

Questão 52

VP = Anuidade / i. Como a anuidade é R\$10.000, VP = 10.000/0.1 = 100.000.

Gabarito mantido.

Questão 61

A questão tem por base o art. 52, X, da CRFB, não cabendo falar em gabarito incorreto. **Gabarito mantido.**

Questão		
71	71	79

O gabarito apresentado é o único correto, conforme prevê a Seção I — Dos Princípios Gerais; arts. 145 a 149-A da CRFB.

Gabarito mantido.

Questão 78

O gabarito está correto, de acordo como o art. 7º, §3º, do CTN.

Gabarito mantido.

Questão 81

A questão versa sobre alienação de bens pertencentes às entidades da Administração Pública. Espera-se que o candidato identifique as diferenças de regime a que se submetem, para fins de alienação, os bens das entidades de direito público e aqueles titularizados por paraestatais (empresas públicas e sociedades de economia mista). A disciplina da matéria encontra-se no artigo 17 da Lei n. 8.666/93 que exige, para alienação de bens imóveis das estatais, além da existência de interesse público devidamente justificado, (i) avaliação prévia e (ii) licitação na modalidade concorrência, ressalvadas as hipóteses de licitação dispensada.





Questão 97

A questão buscar avaliar os conhecimentos do candidato a respeito das modalidades de intervenção do Estado na propriedade, mas especificamente a respeito da desapropriação e da ocupação temporária.

A assertiva I encontra-se correta, conforme artigo 10 do Decreto-Lei n. 3.365/41.

A assertiva II encontra-se incorreta, conforme norma do artigo 36 do Decreto-Lei n. 3.365/41.

A assertiva III encontra-se incorreta, pois a União Federal possui competência para promover desapropriações ordinárias (mediante prévia e justa indenização em dinheiro) e também sancionatórias (pagamento da indenização de forma distinta).

Gabarito mantido.

Questão	
98	97

A assertiva I encontra-se incorreta, conforme artigo 2º, §2º, da Lei n. 11.079/2004. A assertiva II encontra-se correta, conforme artigo 4º, inciso VI, da Lei n. 11.079/2004.

A assertiva III encontra-se correta, conforme artigo 9º da Lei n. 11.079/2004.

Gabarito mantido.

Questão	
92	

A questão pretende avaliar o conhecimento do candidato a respeito do regime disciplinar dos servidores públicos, mais precisamente de regras aplicáveis no âmbito dos processos disciplinares.

A assertiva I encontra-se correta, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, consubstanciado no Enunciado n. 05 da Súmula Vinculante daquele Tribunal.

A assertiva II encontra-se incorreta, pois a aplicação das penas de advertência e suspensão por até trinta dias pode resultar tão somente de sindicância, não havendo necessidade de instauração de processo administrativo disciplinar (artigo 145 da Lei n. 8.112/90).

A assertiva III encontra-se correta, conforme norma do artigo 134 da Lei n. 8.112/90. **Gabarito mantido.**

PROVA 2

Questão 7

A questão foi retirada da legislação que regulamenta o CI no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. **Gabarito mantido.**





Questão 5

Houve, nas alternativas incorretas, inversão dos conceitos de prestação e tomada de contas e alteração de prazos.

Gabarito mantido.

Questão		
15	11	14

A alternativa se mostra incorreta pois houve alteração no prazo previsto no CAF. **Gabarito mantido.**

Questão
20 6

A alternativa se mostra incorreta porque a Superintendência de Tributação deve representar a Secretaria de Estado de Fazenda junto à Comissão Técnica Permanente do <u>ICMS</u>. O conteúdo está previsto no edital. **Gabarito mantido.**

Questão 15

A alternativa se mostra incorreta pois houve alteração no prazo previsto no CAF. **Gabarito mantido.**

Questão 24

Dois cenários devem ser considerados: no primeiro, admite-se que o fato de a matriz quebrar não gera necessariamente risco de continuidade na investida. Nesse caso, o parecer a ser emitido é o original (sem ressalvas). No segundo cenário, admite-se que o fato de a matriz quebrar leva junto a investida. Nesse caso, há, também, risco de continuidade para esta. Aí, um parágrafo de ênfase deverá ser adicionado ao parecer, o que, todavia, NÃO muda a classificação original, ou seja, sem ressalvas. Concluindo: qualquer que seja a posição adotada, o parecer a ser emitido é o sem ressalvas. O fato de a entidade ter risco de quebrar não implica o fato de a contabilidade estar errada. São coisas diferentes.

Gabarito mantido.

Questão	
26	40

No caso em tela, pode solicitar que sejam as demonstrações republicadas, emitir parecer com data dupla ou veicular que seu parecer não deve ser levado em consideração.

Gabarito mantido.

Questão 34

A alternativa se encontra incorreta pois não há necessidade do viés ser predominantemente contábil.

Gabarito mantido.





Questão	
47	41

Em decorrência da evolução ocorrida na contabilidade pública, com a implementação de novos procedimentos e conceitos, além da implantação dos sistemas de informações SIAFI e SIAFEM, a demonstração das variações patrimoniais apresenta nova estrutura, diferentemente daquela preconizada pela Lei nº 4.320/64. Nessa estrutura as variações passivas extraorçamentárias (ou independentes da execução orçamentária) são constituídas dos seguintes grupos: Despesas Extraorçamentárias, Interferências Passivas, estas representando decréscimos patrimoniais decorrentes de desincorporações de bens e direitos e incorporações de obrigações e os Decréscimos Patrimoniais.

Gabarito mantido.

Questão	
48	

A argumentação contida no recurso apresentado não tem qualquer fundamentação que determine a necessidade de alterar a resposta apresentada pela aquela solicitada no recurso. A estrutura para classificação da despesa orçamentária está preconizada pelos art. 3º e 5º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001. A questão em tela foi elaborada com base nesses dispositivos e a resposta correta. Gabarito mantido.

Questão	
49	45

A conta "Despesas Empenhadas e Liquidadas" pertence ao subsistema orçamentário que tem como finalidade controlar a execução orçamentária do exercício vigente. Logo não existe a possibilidade de que o saldo apresentado possa ser de exercício anterior, tendo em vista o princípio da anualidade. A respectiva conta, ao apresentar saldo, subentende-se que se deixou de transferir recursos financeiros a terceiros e, consequentemente, ocorreu a inscrição em restos a pagar. Na elaboração do balanço financeiro, os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária, conforme preconizado no parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/64. Logo em cumprimento a esse dispositivo legal, deve ser acrescentado o valor do saldo da referida conta, na coluna das receitas, para que se obtenha o valor do resultado financeiro do exercício.

Gabarito mantido.

Questão		
50 51		

A argumentação contida no recurso não tem fundamentação, tendo em vista que o registro da despesa orçamentária deve ocorrer durante o exercício financeiro somente no momento da liquidação do empenho e não na emissão dele. No final do exercício, acrescenta-se na despesa orçamentária o valor dos empenhos não liquidados com a contrapartida em restos a pagar não processados. Analisando as alternativas apresentadas, somente a I e a II estão corretas.





Questão	
56	

A resolução da questão não apresenta qualquer impropriedade. **Gabarito mantido.**

Questão 57

Observa-se que as afirmativas apresentadas abordavam conceitos e classificações das receitas públicas, apesar de ter ocorrido um erro de digitação no enunciado da questão, que mencionava despesa ao invés de receita, o que a primeira vista não invalida a questão, pois aquelas afirmativas mencionadas respondiam por si, os conceitos e classificação.

As receitas orçamentárias efetivas aumentam a situação líquida patrimonial da entidade e não se deve confundir com a classificação da receita orçamentária sob a ótica fiscal. Assim, receita de juros é uma receita orçamentária efetiva e sob a ótica fiscal é uma receita financeira ou não primária. Logo esta afirmativa está incorreta.

A alternativa II, está correta pois as receitas de capital, por exemplo, as operações de crédito, são oriundas de fatos permutativos, isto é, sempre há o recebimento do dinheiro em troca de aumento do passivo (dívida pública).

A alternativa está correta em razão do preceitua o artigo 57 da Lei nº 4.320/64.

Gabarito mantido.

Questão 55

O ativo financeiro contém, além do numerário, os créditos cuja realização não dependa de autorização orçamentária, estando representados por valores disponíveis (bancos, aplicações financeiras, poupanças, etc.) e outros que representam realizável a curto prazo, basicamente como adiantamento de salário-família, adiantamento de auxílio natalidade, etc.).

Créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária, são os que apresentam uma mútua relação de créditos e débitos entre credor e devedor, definida previamente na legislação, que dá poderes ao credor efetuar confronto de valores entre créditos a receber e débitos a pagar e assim ocorrer quitação recíproca desses valores. Somente podem fazer parte do ativo financeiro os elementos que tenham a capacidade de afetar positivamente o montante do superávit financeiro. Por esse motivo, deve sempre ser sempre usada uma postura conservadora na classificação dos itens desse grupo. O superávit financeiro é fonte de recursos para abertura de crédito adicional. Então, deve representar disponibilidade de dinheiro para cobertura de despesas decorrentes dos créditos adicionais.

No ativo não financeiro (ou permanente na ótica da Lei nº 4.320/64) são demonstrados todos os bens e outros valores que não interferem diretamente na movimentação financeira (subsistema patrimonial). Compõe-se de: realizável a curto prazo, valores pendentes a curto prazo, realizável a longo prazo e permanente (investimentos, imobilizados e diferidos, conforme definidos pela Lei nº 6.404/76. Na resolução da questão, foram empregados esses ensinamentos e a resposta correta é aquela indicada.





Questao			
69	66	57	70

A questão trata do Pronunciamento Conceitual Básico emitido pelo CPC, não cabendo a argumentação do candidato em sentido contrário.

Gabarito mantido.

Questão		
70	77	75

Não houve correta interpretação dos candidatos em relação ao enunciado e aos pronunciamentos técnicos.

Gabarito mantido.

Questão		
78	68	

A existência de falha de digitação não impedia que o candidato pudesse resolver a questão, não havendo por que se falar em anulação.

Gabarito mantido.

Questão		
81	100	91

A questão se baseia no conteúdo estrito das leis. Os candidatos apresentaram argumentação improcedente.

Gabarito mantido.

Questão	
86	82

É nítido que se refere ao relatório resumido. A argumentação dos recursos não procede.

Gabarito mantido.

Questão		
90	88	86

A argumentação dos recursos não procede. O texto foi extraído da LC n. 101/00. **Gabarito mantido.**

Questão 91

De acordo com o período da periodicidade, <u>a vigência</u> da LOA é de um ano.

Gabarito mantido.

Questão		
95	97	

O texto da LC 101/00 é claro no sentido de validar a questão.





Questão 81

Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas à constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos **comerciais ou financeiros**, inclusive operações bancárias ou de seguros.

Gabarito mantido.

Questão 84

O RREO evidencia as receitas POR NATUREZA. INEXISTEM receitas "de grupo". Gabarito mantido.